



# SAMA S.A. - Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

## Relatório da Diretoria de 2012

Senhores Acionistas,  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da SAMA S.A. MINERAÇÕES ASSOCIADAS referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

### Mineral Crisotila

Em 2012, a SAMA, vendeu 303,5 mil toneladas de mineral crisotila, um aumento de 2,3% em relação ao ano anterior. As vendas no mercado interno atingiram 151,9 mil toneladas, representando um recuo de 6,48% na comparação entre os anos de 2012 e 2011, exportações tiveram um volume de 151,6 mil toneladas, apresentando um aumento de 12,93% na comparação com o ano anterior em função, da valorização da moeda externa. No final de 2012, a SAMA possuía 15% do mercado mundial de minério crisotila. As exportações são destinadas em sua maior parte aos seguintes países: Índia, Indonésia, Colômbia, México, Malásia, Tailândia, Equador, Bolívia, Zimbábue, Vietnã, Estados Unidos, Sri-Lanka, El Salvador, Nigéria, Angola, Alemanha, Filipinas, Peru, Zâmbia, China, Argentina e Canadá.

Nas áreas de Recursos Humanos, deu-se continuidade ao programa de benefícios aos colaboradores da sociedade, concedendo a cesta básica, assistência médica, odontológica, incentivos permanentes à prevenção de acidentes e saúde ocupacional. Ocorrem, ainda com grande intensidade, atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoal.

A transparência e equidade são dois dos principais alicerces de sustentabilidade dos negócios da SAMA. Nesse sentido, a Companhia mantém um programa Portas Abertas, (que já recebeu mais de 13.479 visitantes em nove anos de existência), é signatária do Pacto Global da ONU, possui as certificações ISO 9.001 de gestão de qualidade, ISO 14.001 de gestão ambiental e OHSAS 18.001 de gestão de saúde e segurança ocupacional, PSQ-USC - Programa Setorial de Qualidade do Uso seguro do Crisotila.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### Receita Líquida

A SAMA registrou receita líquida de vendas de R\$ 379,0 milhões em 2012, um aumento de 24,7% em relação a 2011. No mercado interno, a receita líquida apresentou crescimento de 4,6% em relação a 2011 e totalizou R\$ 212,9 milhões. O crescimento da receita líquida no mercado interno é decorrente

ATIVOS	Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	264	10.981	266
Aplicações financeiras	5	27.991	-	30.317
Contas a receber	6	80.356	63.766	80.356
Estoque	7	26.819	23.269	23.269
Impostos a recuperar	8	881	393	935
Partes relacionadas	10.a	9.460	8.665	9.460
Outros ativos circulantes		1.164	1.975	1.164
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>146.935</b>	<b>109.409</b>	<b>149.317</b>
<b>Não circulante</b>				
Depósitos judiciais	8	4.278	3.342	4.280
Impostos a recuperar		1.619	518	1.619
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.b	16.378	14.688	16.378
Partes relacionadas	10.a	27.252	25.440	27.252
Investimentos	9	2.654	2.532	2.654
Imobilizável	11	68.239	47.204	68.262
Intangível	12	1.738	1.446	1.738
Outros ativos não circulantes		1.681	1.400	1.915
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>123.839</b>	<b>96.570</b>	<b>121.460</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>270.774</b>	<b>205.619</b>	<b>270.777</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva de capital	Estatutária	Legal		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2011</b>	<b>65.100</b>	<b>342</b>	<b>9.736</b>	<b>9.736</b>	<b>365</b>	<b>85.279</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48.233	48.233
Constituição de reservas	-	11	2.414	2.414	(23)	(4.816)
Destinação do lucro líquido:						
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,145 por ação em circulação	18.d	-	-	-	(5.053)	(5.053)
Dividendos - R\$ 1,10 por ação em circulação	18.c	-	-	-	(38.364)	(38.364)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>65.100</b>	<b>353</b>	<b>12.150</b>	<b>12.150</b>	<b>342</b>	<b>90.995</b>
Lucro líquido do exercício	18.c	-	(10)	870	(5.640)	10.400
Constituição/Reversão de reservas						
Destinação do lucro líquido:						
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,148 por ação em circulação	18.d	-	-	-	(5.157)	(5.157)
Dividendos - R\$ 1,81 por ação em circulação	18.c	-	-	-	(62.958)	(62.958)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>65.100</b>	<b>343</b>	<b>13.020</b>	<b>6.510</b>	<b>10.742</b>	<b>95.715</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

#### 1. Contexto Operacional

A SAMA S.A. - Minerações Associadas ("Companhia"), incorporada no Brasil, na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, constituída em 10 de agosto de 1966, é uma Companhia de capital fechado, sendo sua controladora a Eternit S.A., uma Companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3.

A Companhia tem como objeto social a pesquisa e lavra de jazidas e minas, podendo, ainda, explorar outros produtos minerais, o gerenciamento e a disposição de resíduos de fibrocimento, podendo, igualmente, participar em outras sociedades.

A Companhia é controladora da empresa Engedis Distribuição Ltda. ("Engedis"), localizada em Minaçu no Estado de Goiás e está não possui atividade econômica.

A Companhia está capacitada com tecnologias que permitem a polivalência na extração e no beneficiamento do minério crisotila, o qual é comercializado para os mercados interno e externo. As reservas de minério crisotila são suficientes para uma produção, nos níveis atuais, de aproximadamente 30 anos.

#### 2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

##### 2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

A apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela administração da Companhia em 26 de abril de 2013.

As demonstrações financeiras da Companhia individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$).

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

##### 2.2. Bases de consolidação e investimento em controlada

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla a empresa relacionada na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral da mesma.

Nas demonstrações financeiras individuais, as demonstrações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e a empresa controlada é realizada em condições estabelecidas entre as partes.

Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas práticas contábeis aquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e sua controlada são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

##### 2.3. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

##### 2.3.1. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

##### 2.3.2. Receita de Juros

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

##### 2.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa, as transações em moeda estrangeira ou em qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

##### 2.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos

do comportamento dos preços. A receita líquida proveniente de exportações somou R\$ 166,1 milhões, um aumento de 65,34% em relação a 2011, devido ao aumento das vendas externas e a valorização da moeda externa.

### Lucro Líquido

A SAMA registrou um lucro líquido de R\$ 73,7 milhões em 2012, um aumento de 52,87% em relação a 2011, principalmente pelos fatores comentados acima. Do lucro líquido do exercício, R\$ 5,6 milhões foram destinados para Reserva Legal e Retenção de Lucros e R\$ 68,1 milhões foram destinados ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

### INVESTIMENTOS

Os investimentos somaram R\$ 28,7 milhões em 2012, um aumento de 195% em relação ao ano anterior, sendo R\$ 17,7 milhões com recursos de terceiros (BNDES/FINAME) e R\$ 11,0 milhões com recursos próprios, sendo a principal finalidade a manutenção da operação atual e aumento da capacidade produtiva da planta industrial. Os principais investimentos foram para aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos em substituição da frota terceirizada.

O resultado do exercício constante das Demonstrações Financeiras decorreu dos esforços contínuos de redução de custos, através de aperfeiçoamento dos métodos de gestão interna da sociedade.

### MINERAL CRISOTILA OU AMIANTO CRISOTILA

A Companhia esclarece que a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do Mineral Crisotila e dos produtos que o contêm é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. A competência para legislar é da União, conforme preceitos constitucionais.

Existem quatro leis estaduais sancionadas (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco) restringindo o uso do amianto, que estão sendo discutidas por meio de ADIs perante o STF, além do questionamento, também por meio de ADI, do artigo 2º da Lei Federal nº 9.055/1995. As ADIs propostas contra as leis estaduais aguardam julgamento de mérito. Vale mencionar que os

Estados de Mato Grosso e Roraima aprovaram leis contra o amianto ainda não sancionadas.

Por força de liminares, as leis dos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estão suspensas. No que diz respeito, a Lei nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, a Companhia esclarece que no dia 04 de junho de 2008, o plenário do STF revogou a liminar concedida em 20 de dezembro de 2007 contra a referida lei. Importante destacar que o mérito desta ação ainda não foi julgado, o que a coloca sub-judice e, portanto, a proibição ainda não se tornou definitiva.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI nº 3.357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção, e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado-membro e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo, que proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto.

O eminente Ministro Ayres Britto, e presidente do STF, iniciou o julgamento proferindo o seu voto pela constitucionalidade das leis estaduais dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, enquanto o eminente Ministro Marco Aurélio proferiu o seu voto pela inconstitucionalidade das referidas leis. Após a conclusão do voto do Ministro Marco Aurélio, o presidente do Supremo suspendeu os trabalhos.

Esclarecemos que o início do julgamento de mérito das ADIs se deu após exaustivos debates de cunho científico com a sociedade brasileira, por meio de audiência pública realizadas pelo STF, em 24 e 31 de agosto de 2012, conduzida pelo Ministro Marco Aurélio e que contou com a presença pontual dos também eminentes Ministros Ricardo Lewandowski e Ministra Rosa Weber.

A audiência pública teve por objetivo avaliar do ponto de vista médico-científico o uso do amianto "crisotila", dada sua importância para o Brasil.

**A matéria encontra-se pendente sem previsão para voltar a pauta do STF para conclusão do julgamento.**

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

#### Prêmios

A Companhia conquistou diversos prêmios em 2012, estes confirmam a posição de destaque da mineradora no mercado nacional.

Confira abaixo a relação dos prêmios conquistados pela SAMA em 2012:

- Primeiro lugar, no setor Mineração, do Prêmio de Melhor Empresa para se Trabalhar, da 16ª edição do Guia Voz S/A.
- Segundo lugar no prêmio Valor Carreira 2012, na categoria 501 a mil funcionários. A mineradora foi eleita entre as melhores empresas na gestão de pessoas. É a quinta vez que a SAMA é classificada entre as melhores.
- Terceiro lugar nas Melhores Empresas para Trabalhar no Centro-Oeste, concedido pela Consultoria Great Place To Work e Jornal O Popular.
- Terceira colocação no prêmio Empresário Amigo do Esporte na categoria "Melhor Amigo do Esporte no Estado de Goiás", conferido pelo Ministério do Esporte.
- Quarto lugar no prêmio Great Place To Work, Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, categoria pequenas e médias empresas, da revista Época.
- Troféu de melhor fornecedora de Amianto Crisotila no Prêmio Top Engenharías, realizado pela Associação de Engenheiros dos Ex-Alunos da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Agraciada com o troféu da premiação "As 200 Maiores Minas Brasileiras", promovida pela revista Mineiros & Minerale, que reconhece as maiores mineradoras do país.

### Visitas

A SAMA possui o "Programa Portas Abertas" que visa atender às solicitações para conhecer de perto o processo produtivo da mineradora.

Em 2012 a SAMA recebeu 2.184 pessoas que conheceram a extração e o beneficiamento.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da SAMA em 2012; e confiamos no comprometimento e dedicação constante como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

Minaçu, 30 de abril de 2013.

A Diretoria

### Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

Nota explicativa	Controladora	Consolidado	31/12/2012		31/12/2011	
			Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida	22	379.035	304.035	379.035	304.035	304.035
Custos dos produtos vendidos	23	(171.245)	(159.616)	(171.245)	(159.616)	(159.616)
<b>Lucro bruto</b>		<b>207.790</b>	<b>144.419</b>	<b>207.790</b>	<b>144.419</b>	<b>144.419</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>						
Despesas com vendas Gerais e administrativas	23	(40.947)	(29.481)	(40.947)	(29.481)	(29.481)
Remuneração da Admin. Operacionais (despesas)	10.b/23	(47.565)	(35.663)	(47.565)	(35.707)	(35.707)
Resultados da equivalência patrimonial	24	(1.594)	(2.260)	(1.594)	(2.260)	(2.260)
<b>Total das receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(97.904)</b>	<b>(74.095)</b>	<b>(98.054)</b>	<b>(74.291)</b>	<b>(74.291)</b>
Despesas financeiras	25	(26.642)	(25.440)	(26.642)	(25.440)	(25.440)
Receitas financeiras	25	29.845	25.333	30.034	25.776	25.776
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>3.203</b>	<b>(107)</b>	<b>3.392</b>	<b>136</b>	<b>136</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>113.089</b>	<b>70.217</b>	<b>113.128</b>	<b>70.264</b>	<b>70.264</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>						
Diferidos	19.a	(41.045)	(24.348)	(41.045)	(24.395)	(24.395)
Lucro líquido do exercício	19.b	1.691	2.364	1.691	2.364	2.364
<b>Lucro líquido por ação, básico e diluído - R\$</b>	<b>18.b</b>	<b>2,12</b>	<b>1,38</b>	<b>2,12</b>	<b>1,38</b>	<b>1,38</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora	Consolidado	31/12/2012		31/12/2011	
			Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do exercício			73.735	48.233	73.735	48.233
Outros resultados abrangentes			-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>			<b>73.735</b>	<b>48.233</b>	<b>73.735</b>	<b>48.233</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais - R\$)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota explicativa	Controladora	Consolidado	31/12/2012		31/12/2011	
				Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				113.089	70.217	113.128	70.264
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:							
Resultado da equivalência patrimonial	9	(122)	(152)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	11	11.353	3.959	11.370	4.213	11.370	4.213
Resultado na baixa de ativos permanentes		264	(133)	264	(133)	264	(133)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber	6	(681)	-	(681)	-	-	-
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	20	2.275	5.845	2.275	5.845	2.275	5.845
Provisão remonte da mina	28	5.428	-	5.428	-	5.428	-
Provisão benefícios ex-colaboradores circulante e não-circulante	17	4.900	-	4.900	-	4.900	-



# SAMA S.A. - Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

### 2.13. Ajuste a valor presente

As contas a receber e a pagar estão ajustadas ao seu valor presente considerando a taxa SELIC como taxa de desconto de 0,55% ao mês em 2012 (0,91% ao mês em 2011). A constituição de tais ajustes está registrada como redutora nas contas de origem, e a sua realização é registrada na rubrica "Receitas/despesas financeiras" na demonstração do resultado.

### 2.14. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### 2.15. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, isto é, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até o fim de cada período de relatório, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. O método de juros efetivo é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 2.16. Juros sobre o capital próprio

São calculados com base no número de ações em circulação nas datas das respectivas deliberações em Reunião de Diretoria e recebem o mesmo tratamento dos dividendos (vide nota explicativa nº 18 d).

### 2.17. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2).

### 3. Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incerteza nas Estimativas

Na aplicação das principais práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem divergir dos resultados efetivos, os efeitos das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período de revisão.

#### Principais fontes de incerteza nas estimativas

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas no fim de cada período de relatório, as quais podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

#### 3.1. Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no fim de cada exercício.

#### 3.2. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração da Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

#### 3.3. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

#### 3.4. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

#### 3.5. Provisão para remonte da mina

A Companhia segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD e possui provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação. A controlada possui equipe de especialistas ambientais, para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, e quando necessário utiliza ainda especialistas externos.

### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Caixa e bancos	66	2.254	68	2.260
Aplicações em certificados de depósito bancários compromissados	198	8.727	198	10.918
<b>Total</b>	<b>264</b>	<b>10.981</b>	<b>266</b>	<b>13.178</b>

Em 31 de dezembro de 2012, as aplicações foram remuneradas por taxas médias de 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103% em 31 de dezembro de 2011), tendo basicamente em sua carteira, aplicações compromissadas. Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente convertíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

### 5. Aplicações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Fundos de investimentos	27.991	-	30.317	-
<b>Total</b>	<b>27.991</b>	<b>-</b>	<b>30.317</b>	<b>-</b>

A partir do ano de 2012 a Companhia concentrou suas aplicações em fundos de investimentos cujas carteiras são em sua maioria compostas por aplicações em renda fixa e em outros fundos de investimento financeiro. Os fundos são remunerados pelas taxas médias de 101% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2012 (103% em 31 de dezembro de 2011). São de aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade da Companhia.

### 6. Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Contas a receber de clientes	21.358	22.730	21.358	22.730
Contas a receber de cliente exterior	61.228	44.184	61.228	44.184
(-) Ajuste a valor presente	(573)	(810)	(573)	(810)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre contas a receber	(1.657)	(2.338)	(1.657)	(2.338)
<b>Total</b>	<b>80.356</b>	<b>63.766</b>	<b>80.356</b>	<b>63.766</b>

As despesas com a provisão para perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber são contabilizadas no grupo de "despesas com vendas".

#### Composição do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
A vencer	70.287	58.631	70.287	58.631
Valores vencidos:				
Até 30 dias	8.386	3.142	8.386	3.142
Entre 30 e 60 dias	1.007	255	1.007	255
Acima de 60 dias	676	1.738	676	1.738
<b>Total</b>	<b>80.356</b>	<b>63.766</b>	<b>80.356</b>	<b>63.766</b>

### 11. Imobilizado

	Controladora										
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora-de-estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2011</b>	560	14.485	37.333	16.023	113.167	4.841	3.828	5.305	2.120	1.847	13.387
Adições	-	-	-	-	100	-	-	-	-	-	9.127
Baixas	-	(947)	(1.394)	-	(283)	(249)	(117)	(39)	-	-	(2.780)
Transferências	-	-	1.006	337	6.672	249	275	541	131	-	(9.211)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	560	13.538	36.945	16.360	119.939	4.807	4.103	5.729	2.212	1.847	13.387
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.958
Baixas	-	-	(126)	-	(42)	-	(47)	(57)	-	-	(272)
Transferências	-	698	1.704	8.250	3.801	11.474	222	908	203	3.932	(31.192)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	560	14.236	38.523	24.610	123.698	16.281	4.278	6.580	2.415	5.779	13.387
Taxas médias de depreciação	-	2,9%	8,6%	28,4%	10%	20%	25%	20%	20%	2,9%	5,3%
Depreciação	-	(10.731)	(35.734)	(13.143)	(96.010)	(3.563)	(3.809)	(3.006)	(1.726)	(158)	(1.487)
Adições	-	(59)	1.596	(133)	(3.650)	(424)	(11)	(383)	(146)	(53)	(696)
Baixas	-	22	70	-	282	282	103	37	-	-	514
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	-	(10.768)	(34.068)	(13.276)	(99.660)	(3.705)	(3.820)	(3.286)	(1.835)	(211)	(2.183)
Adições	-	(72)	(716)	(1.758)	(4.058)	(2.326)	(83)	(423)	(168)	(614)	(696)
Baixas	-	-	126	-	41	-	47	50	-	-	264
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	-	(10.840)	(34.658)	(15.034)	(103.677)	(6.031)	(3.856)	(3.659)	(2.003)	(825)	(2.879)
Valor residual	560	3.754	1.599	2.880	17.157	1.278	19	2.299	394	1.689	673
Em 01 de janeiro de 2011	560	2.770	2.877	3.084	20.279	1.102	283	2.443	377	1.636	589
Em 31 de dezembro de 2011	560	2.770	2.877	3.084	20.279	1.102	283	2.443	377	1.636	589
Em 31 de dezembro de 2012	560	3.396	3.865	9.576	20.021	10.250	422	2.921	412	4.953	10.508

	Controladora										
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Instalações	Veículos	Veículos fora-de-estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2011</b>	571	14.597	37.335	16.023	113.328	4.841	3.828	5.305	2.120	1.847	13.387
Adições	-	-	-	-	100	-	-	-	-	-	9.127
Baixas	-	(947)	(1.394)	-	(283)	(249)	(117)	(39)	-	-	(2.780)
Transferências	-	-	1.006	337	6.672	249	275	541	131	-	(9.211)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	571	13.650	36.947	16.360	120.100	4.807	4.103	5.729	2.212	1.847	13.387
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.958
Baixas	-	-	(126)	-	(42)	-	(47)	(57)	-	-	(272)
Transferências	-	698	1.704	8.250	3.801	11.474	222	908	203	3.932	(31.192)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	571	14.348	38.525	24.610	123.859	16.281	4.278	6.580	2.415	5.779	13.387
Taxa média de depreciação	-	2,9%	8,6%	28,4%	10%	20%	25%	20%	20%	2,9%	5,3%
Depreciação	-	(10.830)	(35.726)	(13.143)	(96.171)	(3.563)	(3.809)	(3.006)	(1.726)	(158)	(1.487)
Adições	-	(59)	1.596	(133)	(3.650)	(424)	(11)	(383)	(146)	(53)	(696)
Baixas	-	22	70	-	282	282	103	37	-	-	514
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	-	(10.867)	(34.060)	(13.276)	(99.821)	(3.705)	(3.820)	(3.286)	(1.835)	(211)	(2.183)
Adições	-	(76)	(724)	(1.758)	(4.058)	(2.326)	(83)	(423)	(168)	(614)	(696)
Baixas	-	-	126	-	41	-	47	50	-	-	264
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	-	(10.943)	(34.658)	(15.034)	(103.838)	(6.031)	(3.856)	(3.659)	(2.003)	(825)	(2.879)
Valor residual	571	3.767	1.609	2.880	17.157	1.278	19	2.299	394	1.689	673
Em 01 de janeiro de 2011	571	2.783	2.877	3.084	20.279	1.102	283	2.443	377	1.636	589
Em 31 de dezembro de 2011	571	3.050	3.867	9.576	20.021	10.250	422	2.921	412	4.954	10.508
Em 31 de dezembro de 2012	571	4.065	3.867	9.576	20.021	10.250	422	2.921	412	4.954	10.508

Em razão de processos judiciais, a Companhia aforçou como garantia bens do ativo imobilizado no valor residual de R\$ 892.

### 12. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Saldo inicial	(2.338)	(2.338)	(2.338)	(2.338)
Reversão	406	-	406	-
Baixa	275	-	275	-
<b>Total</b>	<b>(1.657)</b>	<b>(2.338)</b>	<b>(1.657)</b>	<b>(2.338)</b>

### 7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Produtos acabados	14.026	10.862	14.026	10.862
Produtos semi-acabados	2.757	1.553	2.757	1.553
Materiais auxiliares	10.226	11.197	10.226	11.197
(-) Provisão para perdas (*)	(190)	(343)	(190)	(343)
<b>Total</b>	<b>26.819</b>	<b>23.269</b>	<b>26.819</b>	<b>23.269</b>

(\*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

### Movimentos da provisão para perda

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2011</b>	-	-	-	-
(+) Complemento de provisão no exercício	-	-	-	-
(-) Valores baixados da provisão	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	-	-	-	-
(+) Complemento de provisão no exercício	-	-	-	-
(-) Valores baixados da provisão	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	-	-	-	-

### 8. Impostos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Ativo circulante:				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	811	387	811	387
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	70	6	124	



# SAMA S.A. - Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Estato Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários.

Os dividendos pagos ou propostos durante o exercício foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
AGE de 30/03/12	31/05/12	7.605	0,4478
AGE de 30/03/12	29/06/12	8.000	0,478
AGE de 30/06/12	30/07/12	10.000	0,4853
AGE de 30/06/12	30/08/12	6.911	0,4853
AGE de 30/09/12	30/10/12	6.981	0,4624
AGE de 30/09/12	30/11/12	9.133	0,4624
AGE de 31/12/12	28/02/13	5.000	0,4112
AGE de 31/12/12	29/03/13	6.000	0,4112
AGE de 31/12/12	30/04/13	3.328	0,4112
<b>Total</b>		<b>62.958</b>	

### d) Juros sobre o capital próprio

A direção da Companhia poderá deliberar distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente.

Os juros sobre o capital próprio pagos durante o exercício foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
AGE de 30/03/12	30/04/12	1.324	0,0380
AGE de 30/06/12	30/07/12	1.359	0,0390
AGE de 30/09/12	30/10/12	1.220	0,0350
AGE de 31/12/12	31/01/13	1.254	0,0360
<b>Total</b>		<b>5.157</b>	

### 19. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) **Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais**  
A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social é conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	113.089	70.217	113.128	70.264
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, alíquotas nominais	(38.450)	(23.874)	(38.463)	(23.890)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva decorrentes de diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	42	52	-	-
Juros sobre o capital próprio	1.753	1.716	1.753	1.718
Doações e brindes	(1.049)	(303)	(1.049)	(303)
Outros	(1.650)	423	(1.634)	444
<b>Despesa do exercício</b>	<b>(39.354)</b>	<b>(21.984)</b>	<b>(39.393)</b>	<b>(22.031)</b>
IRPJ e CSLL correntes	(41.045)	(24.348)	(41.084)	(24.395)
IRPJ e CSLL diferidos	1.691	2.364	1.691	2.364
<b>Despesa do exercício</b>	<b>(39.354)</b>	<b>(21.984)</b>	<b>(39.393)</b>	<b>(22.031)</b>
Taxa Efetiva	34,8%	31,3%	34,8%	31,35%

### b) Composição do ativo fiscal diferido

Os créditos fiscais diferidos, apresentados no ativo não circulante, referem-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, conforme segue:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Benefícios futuros a ex-empregados	4.156	2.490	4.156	2.490
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	6.234	7.459	6.234	7.459
Provisão para perdas no recebimento de créditos	2.762	2.994	2.762	2.994
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.228	1.447	2.228	1.447
Outras provisões	998	298	998	298
<b>Total</b>	<b>16.378</b>	<b>14.688</b>	<b>16.378</b>	<b>14.688</b>

### c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, será realizado conforme segue:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
2012	-	-	1.896	1.896
2013	-	-	2.359	2.359
2014	-	-	547	449
2015	-	-	547	449
2016 a 2022	-	-	12.925	11.445
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.378</b>	<b>14.688</b>

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2012, pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais a Companhia não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido da Companhia e a despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

### 20. Provisão para Riscos Tributários, Civis e Trabalhistas

A Companhia possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A provisão para riscos foi constituída para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, com base na análise individual dos respectivos processos feita pelos consultores jurídicos da Companhia.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Processos trabalhistas (i)	6.987	6.780	6.987	6.782
Processos tributários (ii)	17.225	15.157	17.225	15.157
<b>Total</b>	<b>24.212</b>	<b>21.937</b>	<b>24.212</b>	<b>21.939</b>

#### (i) Na área trabalhista os principais processos contemplam:

a) Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias entre outras.

#### (ii) Na área tributária os principais processos englobam:

a) Discussões referente à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

b) Discussões referente a imposto de renda e contribuição social.

A movimentação na provisão para riscos tributários e trabalhistas são apresentadas a seguir:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11
Processos trabalhistas	6.511	600	(331)	6.780
Processos tributários	9.581	8.739	(3.163)	15.157
<b>Total</b>	<b>16.092</b>	<b>9.339</b>	<b>(3.494)</b>	<b>21.937</b>

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12
Processos trabalhistas	6.780	781	(574)	6.987
Processos tributários	15.157	2.068	(574)	17.225
<b>Total</b>	<b>21.937</b>	<b>2.849</b>	<b>(574)</b>	<b>24.212</b>

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11
Processos trabalhistas	6.513	600	(331)	6.782
Processos tributários	9.581	8.739	(3.163)	15.157
<b>Total</b>	<b>16.094</b>	<b>9.339</b>	<b>(3.494)</b>	<b>21.939</b>

Em 31 de dezembro de 2012, tramitava contra o Grupo as seguintes ações, cuja a probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis:

a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, na Comarca de Vitória da Conquista, bem como ação popular na Comarca de Poções com o mesmo objeto das ações civis públicas mencionadas.

b) Ação de Improbidade Administrativa em que se discutia questões relacionadas à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.

c) Ação Cível Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA.

d) Ações relacionadas ao uso da matéria prima amianto "cristolita". Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012, existiam outras reclamações trabalhistas, processos civis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 461 (R\$ 389 em 31 de dezembro de 2011), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Existem ainda quatro leis estaduais sancionadas (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco) restringindo o uso do amianto, que estão sendo discutidas por meio de ADIs perante o STF, além do questionamento, também por meio de ADI, do artigo 2º da Lei Federal nº 9.055/1995. As ADIs propostas contra as leis estaduais aguardam julgamento de mérito. Vale mencionar que os Estados de Mato Grosso e Roraima aprovaram leis contra o amianto ainda não sancionadas.

Por força de liminares, as leis dos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estão suspensas. No que diz respeito, a Lei nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, a Companhia esclarece que no dia 04 de junho de 2008, o plenário do STF revogou a liminar concedida em 20 de dezembro de 2007 contra a referida lei. Importante destacar que o mérito desta ação ainda não foi julgado, o que a coloca sub-judice e, portanto, a proibição ainda não se tornou definitiva.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI nº 3357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção, e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado-membro e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo, que proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto.

O eminente Ministro Ayres Britto, presidente do STF, iniciou o julgamento proferindo o seu voto pela constitucionalidade das leis estaduais dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, enquanto o eminente Ministro Marco Aurélio proferiu o seu voto pela inconstitucionalidade das referidas leis. Após a conclusão do voto do Ministro Marco Aurélio, o presidente do Supremo suspendeu os trabalhos.

Esclarecemos que o início do julgamento de mérito das ADIs se deu após exaustivos debates de cunho científico com a sociedade brasileira, por meio de audiência pública realizadas pelo STF, em 24 e 31 de agosto de 2012, conduzida pelo Ministro Marco Aurélio e que contou com a presença pontual dos também eminentes Ministro Ricardo Lewandowski e Ministra Rosa Weber.

A audiência pública teve por objetivo avaliar o ponto de vista médico-científico o uso do amianto "cristolita", dada sua importância para o Brasil.

A matéria encontra-se pendente sem previsão para voltar a pauta do STF para conclusão do julgamento.

### 21. Plano de Suplementação de Aposentadoria

A Companhia mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade financeira devidamente autorizada. O plano foi contratado com o objetivo principal de complementar a aposentadoria e pensão dos colaboradores e executivos. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade PGBL, na modalidade de contribuição definida. As contribuições são realizadas pela Companhia e pelos participantes, seguindo percentuais preestabelecidos, de acordo com faixas progressivas de contribuição.

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Contribuições efetuadas no exercício	1.739	1.698	1.739	1.698

### 22. Receita Operacional Líquida

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita bruta de vendas	443.266	364.947	443.266	364.947
Impostos incidentes sobre as vendas	(64.231)	(60.912)	(64.231)	(60.912)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>379.035</b>	<b>304.035</b>	<b>379.035</b>	<b>304.035</b>

### 23. Informações sobre a Natureza das Despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(171.245)	(159.616)	(171.245)	(159.616)
Despesas com vendas	(40.947)	(29.481)	(40.947)	(29.481)
Despesas administrativas e despesas Técnicas	(49.159)	(37.923)	(49.190)	(37.967)
<b>Total</b>	<b>(261.351)</b>	<b>(227.020)</b>	<b>(261.382)</b>	<b>(227.064)</b>
Matéria-prima consumida (-) Ajuste a valor presente	(22.969)	(21.445)	(22.969)	(21.445)
Despesas com pessoal e encargos	(50.688)	(45.039)	(50.688)	(45.039)
Materiais, energia elétrica e serviços	(57.615)	(52.848)	(57.615)	(52.848)
Despesas de vendas variáveis	(36.711)	(26.350)	(36.711)	(26.350)
Depreciação e amortização	(11.353)	(3.959)	(11.369)	(4.213)
Serviços de terceiros	(58.565)	(62.975)	(58.565)	(62.975)
Comissões sobre vendas	(1.778)	(1.195)	(1.778)	(1.195)
Contribuição para entidades de classe	(3.216)	(2.011)	(3.216)	(2.011)
Propaganda e publicidade	(2.078)	(1.819)	(2.078)	(1.619)
Impostos e taxas	(1.221)	(760)	(1.221)	(760)
Outras	(15.229)	(8.957)	(15.244)	(8.747)
<b>Total</b>	<b>(261.351)</b>	<b>(227.020)</b>	<b>(261.382)</b>	<b>(227.064)</b>

### 24. Outras Despesas Operacionais, Líquidas

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Outras receitas operacionais:				
Receitas eventuais	516	559	516	559
Aluguéis	480	460	503	481
Vendas de bens do imobilizado	58	152	56	152
Outras vendas	159	195	158	198
<b>Total</b>	<b>1.210</b>	<b>1.369</b>	<b>1.233</b>	<b>1.390</b>

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários civis e trabalhistas	(2.275)	(5.845)	(2.275)	(5.845)
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(6.181)	(977)	(6.181)	(977)
Impostos sobre outras vendas	(513)	(508)	(513)	(508)
Custo da baixa do imobilizado	264	(133)	264	(133)
Outras	(425)	(749)	(445)	(770)
<b>Total</b>	<b>(9.130)</b>	<b>(8.212)</b>	<b>(9.150)</b>	<b>(8.233)</b>
<b>Total</b>	<b>(7.920)</b>	<b>(6.843)</b>	<b>(7.917)</b>	<b>(6.843)</b>

### 25. Receitas (Despesas) Financeiras

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Despesas financeiras:				
Varição cambial passiva	(21.289)	(18.788)	(21.289)	(18.788)
Descontos concedidos	(676)	(5753)	(676)	(5.753)
Juros passivos	(1.782)	(594)	(1.782)	(594)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(79)	(177)	(163)	(177)
Despesas bancárias	(198)	(128)	(114)	(128)
Varição passiva outros	(2.230)	-	(2.230)	-
Outras	(388)	-	(388)	-
<b>Total</b>	<b>(26.642)</b>	<b>(25.440)</b>	<b>(26.642)</b>	<b>(25.440)</b>
Receitas financeiras:				
Varições cambiais ativas	21.987	18.960	21.987	18.960
Juros ativos recebidos	3.258	3.035	3.258	3.035
Juros sobre mútuo	2.129	2.667	2.129	2.667
Rendimentos de aplicações financeiras	2.358	531	2.547	773
Varições monetárias ativas	12	41	12	41
Outras</				

...continuação



## SAMA S.A. - Minerações Associadas

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Aos Acionistas e Administradores da  
**SAMA S.A. - Minerações Associadas**  
Minaçu - GO

### Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SAMA S.A. - Minerações Associadas ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras da SAMA S.A. - Minerações Associadas, individual e consolidada em 31 de dezembro de 2012 e os respectivos desempenhos de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 20d) às demonstrações financeiras, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF)

do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3.357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001, de 21 de junho de 2001, do estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele estado e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, do estado de São Paulo, que proíbe o uso, no estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto; bem como, das demais ADIs sobre o amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outros assuntos

#### Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SAMA S.A. - Minerações Associadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 30 de abril de 2012, sem modificações.

São Paulo, 26 de abril de 2013

Quality In Everything We Do

Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6Clinton L. Fernandes  
Contador CRC-1SP205541/O-2

## Imposto de Renda

# Correria de última hora pode dificultar envio da declaração

Até o fim da tarde de ontem, 125 mil goianos não haviam enviado os dados. No País, eram 5 milhões

Lúcia Monteiro

Mergulhada em diversos tipos de documentos, como informes de rendimentos e recibos, a contadora Eliene Mendes de Oliveira Feitosa, da Audec Contabilidade, estava fazendo 20 declarações do Imposto de Renda para seus clientes ontem. Ela contou que ainda conseguia enviar as declarações sem demora, mas já estava preocupada em relação a hoje, pois muitos clientes ainda deviam documentos. "Quero enviar logo, antes que o sistema comece a ficar lento demais por causa dos congestionamentos", afirmou a contadora.

Por isso, a expectativa de Eliene era de trabalhar até tarde ontem. Ela também não descartava a possibilidade de receber novos clientes retardatários, em busca de ajuda com a declaração. "Acho que muita gente está se esquecendo do prazo, apesar de enviarmos muitos e-mails alertando. A contadora também não descartava a possibilidade de precisar enviar declarações incompletas, e retificar depois, para não perder o prazo final estipulado pela Receita: 23 horas, 59 minutos e 59 segundos de hoje. "Nem estou recebendo clientes hoje, apenas documentos, para não atrapalhar o andamento do trabalho".

A preocupação de Eliene faz sentido. Até o fim da tarde de ontem, quase 125 mil contribuintes goianos, de um total de 750 mil que são aguardados, ainda não haviam enviado sua declaração do Imposto de Renda à Receita Federal. Em todo País, cerca de 5 milhões de contribuintes eram aguardados na tarde de ontem. "Com isso, a tendência é que haja congestionamento nas últimas horas", alertou o supervisor do Programa do Imposto de Renda da Receita Federal em Goiânia, Jorge Francisco Martins.

### INCOMPLETA

Para quem não conseguir reunir toda documentação necessária para declarar o imposto, uma alternativa pode ser o envio da declaração incompleta para posterior retificação. Porém, Jorge Martins alerta que o contribuinte deve enviar uma declaração que seja a mais próxima possível da realidade. "É muito importante não se esquecer de fazer a retificação depois", completa. Além disso, a informação

## LEÃO ESTÁ DE OLHO

Confira dez dicas para não cair na malha fina

**1** Não declarar todos os rendimentos obtidos durante o ano é um dos erros mais recorrentes e de fácil detecção pela Receita. Além de informar corretamente os dados do informe de rendimento (principalmente valores e CNPJ) de todas as fontes pagadoras, é importante que o contribuinte não deixe de informar as rendas dos dependentes e rendimentos como aposentadoria, pró-labore, aluguéis, previdência privada e pensão alimentícia.

**2** É preciso ficar atento à precisão dos dados informados na declaração, principalmente com os números do informe de rendimentos concedido ao trabalhador — que contém as mesmas informações repassadas pelas empresas para o Fisco. Confira até os centavos.

**3** O contribuinte não pode informar uma pessoa como dependente quando ela já está como dependente em outra declaração do IR. Um filho, por exemplo, não pode constar como dependente na declaração, em separado, do pai e na da mãe. Da mesma forma, dois irmãos não podem colocar, no mesmo ano, os pais como dependentes. Além disso, é importante lembrar de declarar os rendimentos desse dependente, independente do valor.

**4** Nas despesas médicas, um gasto jamais pode ser informado na declaração sem o recibo do serviço prestado. Todas as despesas declaradas devem possuir documentação suporte, pois estes documentos poderão ser solicitados. Vale lembrar ainda que só podem ser lançadas as despesas do contribuinte com ele mesmo e com os dependentes constantes na declaração.

**5** O contribuinte só pode deduzir gastos na área de saúde e educação que estão na lista de deduções da Receita. Despesas com medicamentos ou clínicas veterinárias, cursos de idiomas e pré-vestibulares, por exemplo, não podem ser incluídos nos descontos.

**6** É preciso listar todas as instituições financeiras com as quais o contribuinte possui conta bancária ou vínculo, pois os bancos enviam as informações à Receita. Além dos saldos de contas correntes, é preciso constar na declaração as informações referentes a todas as aplicações, com os rendimentos. Bens móveis como veículos, embarcações e aeronaves, com valor unitário de aquisição seja superior a R\$ 5 mil, também devem ser declarados.

**7** Vendas de bens como imóveis e veículos devem ser informadas, mesmo nos casos em que não tenha ocorrido ganhos de capital, pois a transação precisa ser registrada tanto na declaração de quem vendeu como de quem comprou o bem.

**8** O contribuinte deve dobrar a atenção nos casos de mudança significativa no patrimônio declarado em relação ao ano anterior. Um dos erros mais comuns, que pode levar à questionamentos da Receita, é o contribuinte informar um aumento no patrimônio e declarar o mesmo nível de renda do ano anterior.

**9** Em relação aos investimentos em ações, um dos erros mais comuns é informar o saldo financeiro no último dia do ano em vez do custo de aquisição. Outro equívoco é acreditar que o valor isento é o ganho até R\$ 20 mil, quando, na verdade, o que é isento é o ganho decorrente das alienações até R\$ 20 mil.

**10** Outro erro comum que pode levar à malha fina é o preenchimento errado das informações referentes a planos de previdência privada. Nos planos PGDL, os aportes realizados deverão ser informados na ficha de pagamentos efetuados, enquanto os saldos de VGDL deverão constar na ficha de Bens e Direitos.



Contadora Eliene Mendes: "Muita gente está se esquecendo do prazo, apesar dos alertas"

Benedito Braga

nalizar suas declarações do IR. "Muitos desses documentos precisam ser tirados em cartório, o que pode exigir um certo prazo", destaca. Na opinião de Edson Lopes, especialista em gestão tributária e fiscal da Alterdata, a declaração incompleta está longe do ideal ou do correto. Porém, ele concorda que essa pode ser uma alternativa de última hora, desde que não falte uma informação considerada relevante pelo sistema.

### PENALIDADES

Jorge Francisco Martins adverte para as penalidades previstas para quem não entregar a declaração dentro do prazo estipulado, ou seja, até às 23h59min59s de hoje. A multa mínima por atraso é de 1% ao mês sobre o imposto devido, não sendo inferior a R\$ 165,74, podendo chegar a 20% no total.

Mas, além disso, o contribuinte poderá sofrer vários tipos de restrições legais. Quem não acertar as contas com o Leão, fica com o CPF irregular e não poderá tirar Carteira Nacional de Habilitação (CNH), requerer benefício do INSS, tirar passaporte, comprar ou vender imóveis e até ter acesso a crédito comercial ou bancário. "O melhor é não deixar para as últimas horas, quando a possibilidade de congestionamento é muito maior", alerta Jorge Martins.

## Nos bancos, só até as 16 horas

São Paulo - Quem entregar a declaração do IR em CD ou em pen drive (as chamadas mídias removíveis) terá de ir a uma agência do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal. Mas a entrega precisará ser feita durante o horário de atendimento ao público - em geral, até as 16 horas.

A multa para quem não entregar a declaração até hoje é de 1% ao mês sobre o IR devido. A multa mínima é de R\$ 165,74; a máxima, de 20%. Se não houver imposto devido, a multa é de R\$ 165,74. Cerca de 3,5 milhões de contribuintes deixaram a entrega para hoje. A Receita prevê receber 26 milhões de declarações neste ano - em 2012, foram 25,244 milhões.

Cota Vence Amanhã O contribuinte que ainda tiver saldo de imposto a pagar poderá quitá-lo em até oito parcelas, até novembro próximo, desde que nenhuma seja inferior a R\$ 50.

Se o imposto devido for de até R\$ 99,99, terá de ser pago hoje, de uma só vez. Para isso, o contribuinte precisa ir ao banco durante o horário de atendimento ao público. Se optar por pagar em parcelas, o contribuinte poderá pedir débito automático em conta-corrente ou de poupança, mas somente da segunda cota em diante. Dessa forma, para pagar a primeira, será preciso imprimir o Darf e ir ao banco.

## Quem atrasar terá de esperar até quinta

São Paulo - O contribuinte que não entregar a declaração hoje terá de esperar até quinta-feira para acertar suas contas com o fisco. É que à meia-noite de hoje a Receita desliga o sistema de recepção das declarações.

Na quinta-feira, às 8 horas, a Receita volta a colocar na internet o programa para os retardatários acertarem suas contas com o leão. O programa gera a notificação da multa por atraso na entrega e o respectivo Darf para o pagamento.

### APERTO

A Receita Federal anunciou, na semana passada, que está apertando a fiscalização contra fraudes. Um grupo de 317 mil pessoas terá de prestar contas ao Fisco porque as declarações apresentam indícios de infrações. No ano passado, o resultado da fiscalização levou à recuperação de R\$ 8,18 bilhões em tributos. (Folhapress e AE)